



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo  
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico  
SCN - Qd. 6 - Bl. A – Shopping ID – Sala 1202  
70.716-000 - Brasília – DF  
Tel: 61 2023 8160

### **Ata da nona Reunião do Grupo de Trabalho sobre Turismo Náutico**

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2010, no Hotel Itapemar, em Ilhabela, com a presença de Ricardo Moesch, Sáskia Lima, Alessandro de Castro, Haila Braga e Walquíria Henriques, representantes do Ministério do Turismo; Karla Baêta, representante da ANVISA; André Pousada e Márcia Leite, representantes da ABREMAR; Lia Bergman, representante da Sec. Esp. Portos; Abraham Rosemberg, da Superyatchs Brazil; Marcelo da Cruz; Walter Garcia, consultor; Aldo Costa Filho, representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Luiz Alberto C. da Silva, representante da Marinha do Brasil; Cintia Cruz, representante da Embratur; Carlos Eduardo Bueno Neto, da Brasilcruise; Samuel Rodrigues, do Ministério do Meio Ambiente; Mário Póvia, Kilbeth Carvalho, Giovanni Paiva e Bruno Pinheiro, da ANTAQ; João Carlos Milanelli, da CETESB; Reinaldo Redorat, da Secretaria do Patrimônio da União; Tales Teixeira Júnior, da Polícia Federal, e demais convidados, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Turismo Náutico do Ministério do Turismo para cumprimento da ordem do dia.

A abertura da reunião foi realizada pelo prefeito de Ilhabela, Antônio Colucci, o qual saudou e deu as boas vindas à todos, enfatizando a reunião do GT para a cidade de Ilhabela.

Em seguida, Sáskia Lima explanou aos presentes os objetivos do Grupo de Trabalho, bem como as razões pelas quais as reuniões tornaram-se itinerantes. Em seguida, Alessandro Castro realizou os comunicados gerais da reunião, dizendo aos presentes que a atualização do site de Turismo Náutico elaborado pela Embratur ficará pronto no início de abril. Outra questão solicitada foi a contribuição do grupo à Portaria de Constituição do PROHAGE, até o dia 09 de abril.

Após, foi exibido um filme mostrando a vocação de Ilhabela para o Turismo Náutico. Ao seu final, iniciou-se a apresentação da Secretaria de Turismo de Ilhabela, que ressaltou as vantagens de se receber o turista náutico, bem como os pontos fortes e entraves para o desenvolvimento deste segmento na ilha.

Passou-se então a palavra à ANTAQ, que apresentou a Resolução 1556. Após, Carlos Eduardo Bueno Neto, também realizou uma apresentação, na qual, ressaltou dados relacionados ao crescimento do setor entre os anos 2000-2011. Carlos Eduardo Bueno Neto também apresentou e entregou ao MTur pesquisa realizada pela Associação Comercial de Búzios acerca dos impactos econômicos provocados pelos Cruzeiros Marítimos.

Em seguida, o mesmo passou a focar alguns aspectos específicos da Resolução apresentada pela ANTAQ, principalmente no que se refere ao prazo dado aos portos para o enquadramento à resolução, necessidade de criação de torres de controle marítimo e incentivo à implementação de marinas de passagens. Outro ponto colocado foi a necessidade de flexibilização da resolução, tendo em vista as diversas realidades regionais. Enfatizou ainda que a implantação do sistema de ISPS code seria desnecessária em todos os portos, mas somente nos Home-Ports.

Após a apresentação, Giovanni Paiva, da ANTAQ, respondeu que o prazo de enquadramento dos portos à NORMA em questão depende de cada projeto, sendo que, apenas o prazo de entrada da documentação na ANTAQ é de até 01 ano. Outra questão respondida, foi a questão relacionada à torre de controle, na qual, Giovanni explanou que este papel não cabe à ANTAQ, citando como exemplo o setor aéreo, no qual, o controle não é exercido pela ANAC.

Por outro lado, Giovanni concordou que os portos precisam se viabilizar economicamente durante todo o ano e que neste sentido, as marinas de passagens seriam uma alternativa.

O representante da Polícia Federal, por sua vez, enfatizou a necessidade de instalação do sistema ISPS code em todos os portos, tendo em vista a gravidade e magnitude que falhas de segurança podem ocasionar ao setor. Ainda em relação à este ponto, Tales Teixeira Júnior explanou que caso um navio ataque em um porto sem o sistema em questão, não poderá atracar em portos certificados com o sistema.

Mais uma vez, a ANTAQ destacou a forma participativa como a qual a resolução foi construída.

**Como encaminhamento em relação à Resolução 1556, ficou acertado que toda e qualquer contribuição à NORMA deverá ser encaminhada ao MTur até o dia 30 de abril do presente ano. De posse de todas as contribuições, uma reunião será agendada entre MTur, ANTAQ e BRASILCRUISE para o início do mês de maio.**

Passou-se então a apresentação de Abraham Rosemberg e Marco Santarelli, que apresentaram projetos de Tendens e embarcações multiuso para o setor de transporte de passageiros. Marco Santarelli também destacou a importância de se inserir as embarcações de turismo no REB – Registro Especial Brasileiro.

Na parte da tarde, após o almoço, a reunião foi reaberta com a apresentação do Sr. João Carlos de Carvalho Milanelli, da CETESB, responsável pelo projeto Marinas, que se preocupa com o encerramento de fontes de poluição de marinas e outros empreendimentos náuticos.

Após, o representante do MMA, Samuel Rodrigues, alertou para o teor da reportagem do Jornal Estado de São Paulo (domingo, 28/03/2010) com o título "Marinas provocam danos. Em Ubatuba, diversas irregularidades ambientais resultaram no desaparecimento de uma praia", reportagem especial do Caderno Vida – População e natureza prejudicadas. Vale ressaltar que tal tema fomenta discussões sobre zoneamento e limites para os empreendimentos, o que é de fato o papel do Ministério do Meio Ambiente.

Iniciou-se então a apresentação da ANVISA, a qual discorreu acerca da RDC nº 72. Karla colocou ao GT que a ANVISA necessita de subsídios e contribuições para disciplinar o art. 72 desta resolução, que trata da instalação de tanques de tratamento e retenção de águas.

Por fim, Reinaldo Redorat, da SPU apresentou o arcabouço da legislação patrimonial no Brasil, destacando sobretudo o art. 18, § 7º, da Lei 9.636/98.

Assim, às 19 horas, encerrou-se a reunião.

Brasília, 01 de abril de 2010.

Ministério do Turismo

Coordenação Geral de Segmentação: 2023 8160

Coordenação Geral de Serviços Turísticos: 2023 8101